



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679733 - SP (2021/0217192-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : NILZA DE FATIMA AMARAL PIERRE
ADVOGADO : NILZA DE FATIMA AMARAL PIERRE - SP372312
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO DE SOUZA OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : ANDRE LUIZ DA CRUZ JUNIOR
CORRÉU : MICHAEL DOS SANTOS CAMPOS SILVA
CORRÉU : KAIO HENRIQUE DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO DE SOUZA OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2078848-35.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 26 de março de 2021, pela suposta prática dos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico de entorpecentes.

A impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da conversão da prisão em flagrante em preventiva. Sustenta que a decisão não está devidamente fundamentada, que está motivada na gravidade abstrata do delito e que não estão preenchidos os requisitos para a prisão. Aduz, ainda, que o paciente é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa e que, em eventual condenação, seria fixado o regime aberto, com substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

Requer a concessão de medida liminar para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *writ*, ainda que mediante o cumprimento de medida cautelar alternativa, com a imediata expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, concedendo-se liberdade provisória, ainda que eventualmente cumulada com outra medida cautelar pessoal diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Conversão da prisão em flagrante em preventiva. Necessidade da manutenção da custódia para a garantia da ordem pública. Inexistência de circunstância pessoal que determine a soltura do paciente em razão da pandemia de SARS-CoV-2. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente